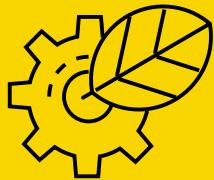
A wide-angle, aerial photograph of a river system. The water is a deep blue, reflecting the sky. The banks of the river are covered in lush green vegetation, including various trees and shrubs. In the distance, a small town or cluster of buildings is visible on the far bank of the river. The overall scene is a mix of natural beauty and human-made structures.

EXPECTATIVAS DO WWF PARA A COP30

AÇÃO CLIMÁTICA EM TEMPOS DESAFIADORES: MANTENDO O LIMITE DE 1,5°C

OUTUBRO 2025

EXPECTATIVAS DO WWF PARA A COP30 — VISÃO GERAL



NDCs APRIMORADAS

As Partes enviam NDCs fortalecidas antes da COP30 refletindo o resultado do Balanço Global e as metas do Acordo de Paris. Na COP30 as Partes abordam as lacunas remanescentes através de iniciativas nacionais ou multilaterais integradas a robustos mecanismos de apoio e implementação.



PACOTE DA NATUREZA

Garantir um pacote ambicioso centrado na eliminação do desmatamento e conversão de ecossistemas.



TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Adotar medidas para acelerar uma transição equitativa e justa para além dos combustíveis fósseis, ao mesmo tempo ampliando a energia renovável, a eficiência e o acesso universal à energia limpa.



ADAPTAÇÃO

Finalizar os indicadores de adaptação no Marco UAE–Belém para Resiliência Climática Global e aumentar a ação e o apoio para fortalecer a resiliência diante dos impactos climáticos crescentes.



AGENDA GLOBAL DE AÇÃO CLIMÁTICA

Apoiar uma Agenda de Ação mais forte e eficaz, com capacidade e instrumentos adequados para reduzir de forma significativa as lacunas em mitigação, adaptação e resiliência.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1. CONCLUSÃO DO PRIMEIRO CICLO COMPLETO DE AMBição DE PARIS COM NDCs AMBICIOSAS RESPONDENDO AO RESULTADO DO BALANÇO GLOBAL	5
2. RESULTADOS NEGOCIADOS DETALHADOS NECESSÁRIOS NA COP30	7
A. MITIGAÇÃO DAS EMISSões DE GEE	7
B. ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E VULNERABILIDADE À ACELERAÇÃO DE IMPACTOS	8
C. APOIO FINANCEIRO PARA O SUL GLOBAL	9
D. TECNOLOGIAS DE ENERGIA RENOVÁVEL E SOLUÇÕES DE BAIXO CARBONO	11
E. UM PACOTE DA NATUREZA	13
F. JUSTIÇA CLIMÁTICA E OS IMPACTOS SOCIAIS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	14
3. CAMPEões DO CLIMA, AGENDA DE AÇÃO GLOBAL E INICIATIVAS DA PRESIDÊNCIA DO BRASIL	17

Foto de capa: © Adriano Gambarini / WWF-Brasil

INTRODUÇÃO

A cooperação global sobre mudanças climáticas enfrenta agora seu maior teste no décimo aniversário do Acordo de Paris. Os países devem agora apresentar seus planos climáticos atualizados (NDCs) em resposta aos resultados do Balanço Global. As NDCs devem impulsionar cortes profundos de emissões, mas espera-se que coletivamente fiquem muito aquém da redução global de 43% até 2030 em relação aos níveis de 2019, necessários para permanecer no caminho certo para 1,5°C. Os fracos compromissos financeiros de Baku estão sendo agravados pela tensão no multilateralismo e muitos países desenvolvidos cortando o apoio ao clima e ao desenvolvimento.

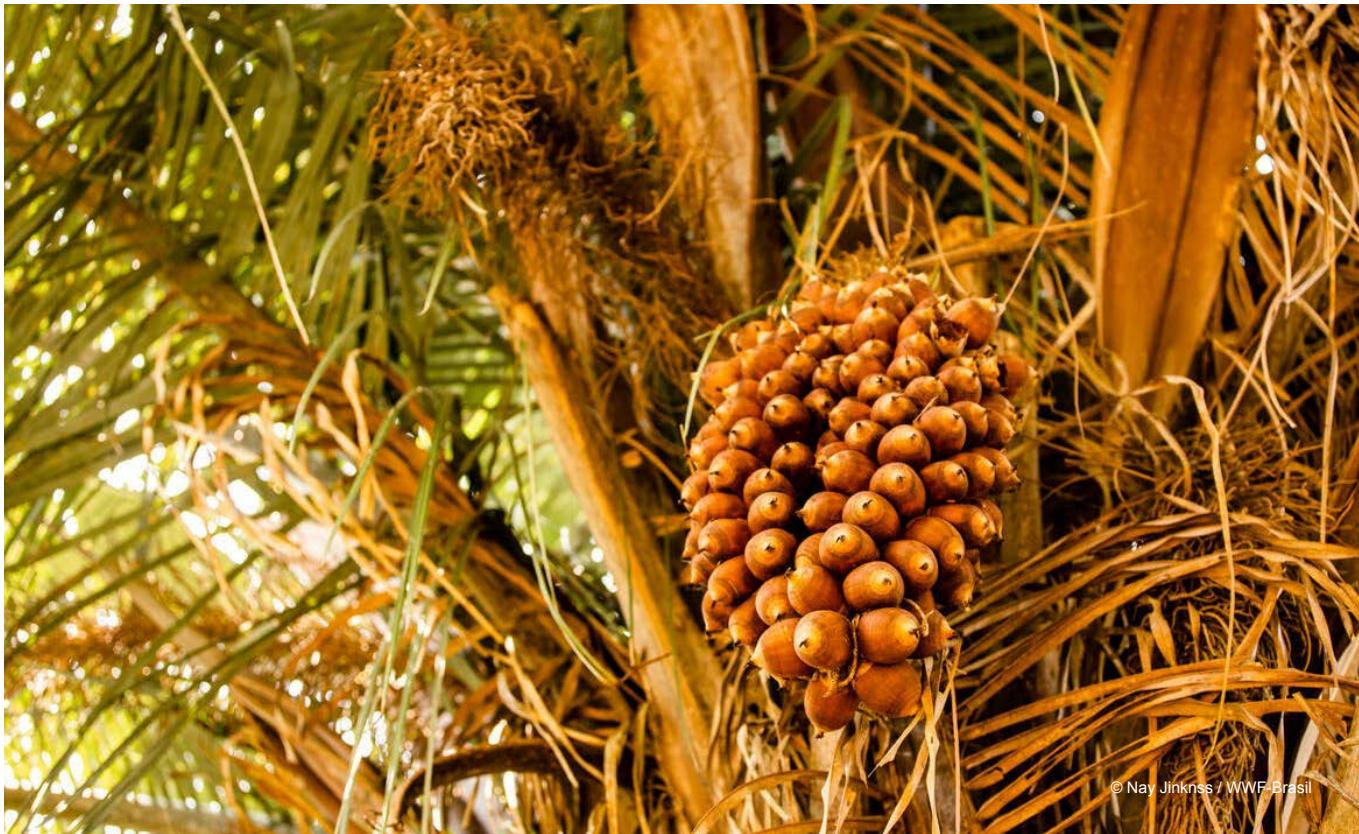
Enquanto isso, as mudanças climáticas estão se acelerando mais rápido do que o esperado. 2024 marcou a primeira vez que o aumento da temperatura global excedeu 1,5°C por um ano inteiro, aproximando-se perigosamente do limiar do aquecimento global do Acordo de Paris. Inundações e ondas de calor prolongadas, branqueamento de corais, secas e incêndios estão piorando, mas ações significativas ainda estão sendo adiadas por inércia, conveniência política e interesses adquiridos daqueles que lucram com a queima de combustíveis fósseis e com o desmatamento, conversão e degradação de ecossistemas terrestres e marinhos. Cada fração de aquecimento adicional aumenta o risco de desencadear mais pontos de inflexão prejudiciais, desde a morte da floresta amazônica até o derretimento das camadas de gelo polar, e a janela para evitar perdas irreversíveis está se fechando rapidamente. Vários pontos de inflexão representam riscos catastróficos para bilhões de pessoas.

Na COP30, é necessária uma resposta forte e convincente para enfrentar a crise climática e desencadear pontos de inflexão positivos – intervenções estrategicamente direcionadas que gerem mudanças auto reforçadas em tecnologias e comportamentos em direção a emissões zero e resiliência climática.

O WWF apoia totalmente as três prioridades que a próxima presidência brasileira propôs, de (1) reforçar o multilateralismo e o regime de mudanças climáticas sob a Presidência da COP30 da UNFCCC (doravante

Presidência), (2) conectar o regime climático à vida real das pessoas e à economia real e (3) acelerar a implementação do Acordo de Paris. A Presidência mobilizou uma quantidade impressionante de recursos humanos, ideias e criatividade na preparação para a COP30, especialmente por meio da Agenda Global de Ação Climática e do conjunto de outras iniciativas, sob o conceito geral inspirador de mutirão. Vários desses processos atraíram interesse e engajamento consideráveis e prometem entregar resultados concretos para os resultados da COP30. Essas iniciativas são um complemento importante para resultados concretos sob as negociações formais para responder às lacunas em curso em finanças, mitigação e ações. Acreditamos que a presidência brasileira está bem-posicionada para cumprir essas expectativas.

**NA COP30, É NECESSÁRIA UMA
RESPONSA FORTE E CONVINCENTE
PARA ENFRENTAR A CRISE
CLIMÁTICA E DESENCAPEAR
PONTOS DE INFLEXÃO POSITIVOS**



1. CONCLUSÃO DO PRIMEIRO CICLO COMPLETO DA AMBIÇÃO DE PARIS COM NDCS TRANSFORMADORAS RESPONDENDO AO RESULTADO DO BALANÇO GLOBAL

Uma década depois que o mundo celebrou o nascimento do Acordo de Paris, sua eficácia está sendo testada.

À medida que a COP30 se aproxima, os países devem apresentar novos planos climáticos ambiciosos (NDCs 3.0). Para refletir o resultado do primeiro Balanço Global do Acordo de Paris, essas NDCs devem aumentar as metas para 2030 e estabelecer compromissos para 2035, incluindo uma eliminação acelerada dos combustíveis fósseis e a interrupção e reversão da destruição de ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos.

Os países desenvolvidos devem intensificar o financiamento e o apoio tecnológico, inclusive por meio de um roteiro bem-sucedido de Baku a Belém.

A COP30 é a primeira oportunidade para as Partes avaliarem a ambição coletiva desses novos planos. Sugerimos que isso ocorra por meio de mesas redondas organizadas pela Presidência da COP30 sobre os seis eixos da Agenda de Ação da Presidência.

Essa reflexão deve ser baseada em uma avaliação realista das tendências de emissões, das ações climáticas e da lacuna de emissões que permanece.

Depois que a COP29 não conseguiu avançar na implementação de elementos-chave dos resultados do Balanço Global, as Partes devem restaurar a fé no ciclo de ambição do Acordo de Paris por meio da entrega de NDCs ambiciosas e:

- **Entregar um processo de GST robusto:** um processo de GST operacional é parte integrante da credibilidade do ciclo de ambição sob o Acordo de Paris. A implementação do primeiro GST está significativamente atrasada. As Partes não chegaram a um consenso sobre o Diálogo dos Emirados Árabes Unidos em Bonn em junho. Os impasses nas negociações não devem continuar.

Os negociadores devem vir à COP30 com o objetivo de promover a implementação do primeiro GST, em todos os seus elementos. O Diálogo dos Emirados Árabes Unidos deve ser acordado e as modalidades para o segundo GST finalizadas. As Partes devem garantir que os cronogramas do Sétimo Ciclo de Avaliação do IPCC garantam contribuições oportunas para o segundo processo de GST.

- **Uma resposta da COP30 à lacuna de ambição nas NDCs**, em particular a lacuna de mitigação entre o efeito agregado das NDCs e as reduções de emissões necessárias até 2030 e 2035 para termos uma chance de limitar o aquecimento a 1,5°C neste século. Essa resposta deve ser política e operacional, com resultados concretos e medidas para garantir o progresso no fechamento da lacuna de mitigação no curto prazo, e não apenas adiar uma resposta para o próximo ciclo de ambição. Agradecemos o foco nesta questão pela próxima Presidência e incentivamos discussões urgentes sobre isso na preparação para a COP30 para garantir um resultado impactante em Belém.
- **Definir o escopo e a entrega do Diálogo dos Emirados Árabes Unidos** sobre a implementação dos resultados do GST, com foco na transição energética, na eliminação gradual dos combustíveis fósseis e na expansão das energias renováveis, na eliminação do desmatamento e na conservação dos ecossistemas marinhos e terrestres, no financiamento e em outros apoios necessários e na superação de barreiras. As Partes não devem hesitar em abordar esses elementos de frente e oferecer texto decisivo, que fortalecerá sua implementação por meio da resposta à lacuna de ambição.



© Emerson Silva / WWF-Brasil

2. RESULTADOS NEGOCIADOS DETALHADOS NECESSÁRIOS NA COP30

A próxima Presidência da COP30 delineou tópicos que precisam ser abordados este ano e, a seguir, apresentamos os desafios e soluções para cada um deles.

A. MITIGAÇÃO DAS EMISSÕES DE GEE

A primeira linha de defesa contra a perturbação climática é a mitigação, ou a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e das concentrações atmosféricas, para evitar que o aquecimento global ultrapasse 1,5°C. A grande lacuna de mitigação persistente requer uma resposta definitiva e um pacote de medidas da COP30 que inclua:

- Um esforço renovado no âmbito do Programa de Trabalho de Mitigação (MWP) que supere as divisões que impediram resultados substantivos em anos anteriores, com novas soluções cooperativas para reduzir as emissões nos setores de energia, indústria, agricultura, silvicultura e outros usos da terra (AFOLU) e resíduos, de acordo com o resultado do GST. Esta é uma oportunidade perfeita para mudar para o espírito de mutirão ou esforço cooperativo¹. O foco dos dois diálogos de MWP relacionados a resíduos e florestas deve produzir ações cooperativas que possam ser adotadas pelos estados, governos subnacionais e atores não estatais para reduzir as emissões até 2030. O MWP também deve manter o foco no pilar central da descarbonetação do setor de energia, responsável por 75% das emissões globais. As discussões em Belém também devem preparar o terreno para diálogos produtivos sobre a descarbonização industrial em 2026. Esperamos que as principais mensagens e recomendações dos 5º e 6º diálogos globais sejam destacadas na decisão do MWP.
- Iniciativas fora das negociações formais da UNFCCC, inclusive por meio da Agenda Global de Ação Climática e do trabalho dos Campeões Climáticos de Alto Nível, e por meio de iniciativas sob a Presidência brasileira da COP30.
- Acordar modalidades para o segundo GST que garantam um papel central da ciência independente, apoiado pelos resultados do Sétimo Ciclo de Avaliação do IPCC.
- Revisão e avaliação de elementos-chave do Acordo de Paris com vistas a buscar medidas mais eficazes para fechar as lacunas de ambição e mudar para a implementação, incluindo, inter alia, o papel das “Características das NDCs” a serem discutidas a partir da COP31.

¹ Sabedoria ancestral indígena (motirô na língua tupi-guarani), o conceito de mutirão refere-se a uma comunidade que se reúne para trabalhar em uma tarefa compartilhada, seja colhendo, construindo ou apoiando uns aos outros, conforme destacado pelo novo presidente da COP: <https://cop30.br/en/brasilian-presidency/letters-from-the-presidency/letter-from-the-brasilian-presidency>

² Consulte a lista de indicadores potenciais aqui: <https://unfccc.int/documents/649629>

B. ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E VULNERABILIDADE À ACELERAÇÃO DE IMPACTOS

Adaptação e resiliência: adaptação e resiliência eficazes diante da aceleração dos impactos e eventos extremos climáticos são uma necessidade urgente. Espera-se que as barreiras de longa data que impedem escalar as ações e o financiamento para adaptação, como a falta de metas e indicadores claros para acompanhar o progresso e os impactos, sejam resolvidas na COP30 com a conclusão do Programa de Trabalho dos Emirados Árabes Unidos-Belém sobre indicadores. A seguir estão as expectativas do WWF em relação à adaptação climática:

- Acordo sobre indicadores quantitativos e qualitativos² que avaliará o progresso nas metas do Quadro dos Emirados Árabes Unidos para a Resiliência Climática Global (UAE FGCR) que servirá de base para o planejamento, financiamento, relatórios, implementação e avaliação da ação de adaptação, incluindo indicadores para meios de implementação (recursos financeiros, desenvolvimento e transferência de tecnologia, capacitação).
- Acordo sobre um novo compromisso/ meta de financiamento de adaptação que sucede o Compromisso de Glasgow de dobrar o financiamento de adaptação dos níveis de 2019 até 2025. O novo compromisso apoiará a implementação do FGCR dos Emirados Árabes Unidos, medindo o progresso em relação às suas metas de forma iterativa, sem a qual a ação de adaptação permanecerá insuficiente.
- As partes devem concordar com um novo compromisso público de financiamento para adaptação, baseado em doações, no âmbito do GGA, para substituir o Compromisso de Glasgow de duplicar a provisão de financiamento para adaptação. Isso deve, no mínimo, incentivar os países desenvolvidos a triplicar o financiamento público internacional para adaptação até 2030, em relação aos níveis de 2022.
- Engajamento construtivo no Roteiro de Adaptação de Baku adotado, que avança e apoia a implementação da adaptação como um processo contínuo. Acordo sobre como as informações dos indicadores informarão a segunda rodada do Balanço Global do Acordo de Paris (GST), avaliando e revisando o progresso das metas do FGCR dos Emirados Árabes Unidos, como parte do Roteiro de Adaptação de Baku.
- Apresentação de planos, políticas e processos nacionais de adaptação até 2025, de acordo com o primeiro Balanço Global (parágrafo 59/ decisão 1/CMA 5), pelas Partes que ainda não o fizeram. Os países em desenvolvimento apresentaram 65 Planos Nacionais de Adaptação (NAPs), iniciando em 8 de setembro de 2025³, com muitos outros em andamento. As Partes devem concordar em concluir o progresso da avaliação dos NAPs em Belém, incluindo o acesso aos meios de implementação, cuja falta continua a dificultar o progresso na formulação e implementação dos NAPs. Engajamento de uma ampla gama de partes interessadas e grupos vulneráveis na formulação e implementação dos NAPs, incluindo Povos Indígenas e comunidades locais, levando em consideração a responsividade às questões de gênero, conhecimento tradicional, adaptação baseada na comunidade e adaptação baseada em ecossistemas/soluções baseadas na natureza.

**ADAPTAÇÃO E RESILIÊNCIA
EFICAZES DIANTE DA
ACELERAÇÃO DOS
IMPACTOS E INTERRUPÇÕES
CLIMÁTICAS SÃO UMA
NECESSIDADE URGENTE**

³ <https://napcentral.org/submitted-naps>



© Emerson Silva / WWF-Brasil

Perdas e Danos: Com impactos crescentes, e com apoio e ação insuficientes na mitigação e adaptação, o Fundo de Perdas e Danos exigirá contribuições cada vez maiores.

C. APOIO FINANCEIRO PARA O SUL GLOBAL

A decisão da COP29 estabeleceu uma meta de mobilizar pelo menos USD 300 bilhões por ano até 2035 para os países em desenvolvimento, com a liderança dos países desenvolvidos. Também pede a “todos os atores” que aumentem o financiamento para pelo menos USD 1,3 trilhão por ano até 2035 por meio do “Roteiro de Baku a Belém para 1,3 trilhão”. Traduzir esses compromissos em fluxos financeiros concretos, previsíveis e acessíveis para países vulneráveis continua sendo uma prioridade fundamental para a COP30.

Roteiro de Baku a Belém para USD 1,3 trilhão

Este roteiro deve:

- Assumir a forma de um plano de ação com responsabilidades claras, marcos e metas anuais para ampliar o financiamento climático entre agora e 2035;
- Garantir que o financiamento para as NDCs e NAPs dos países em desenvolvimento seja monitorado e baseado nas necessidades, além de alinhado com o GST, e apoiado por financiamento e subsídios altamente concessionais disponíveis para adaptação;

- Garantir financiamento adequado para o Fundo de Resposta a Perdas e Danos;
- Definir financiamento climático público e privado, garantindo qualidade e consistência nos relatórios;
- Identificar e implementar fontes novas e adicionais de financiamento climático, incluindo uma taxação mínima global para os super-ricos, impostos sobre os lucros dos combustíveis fósseis, redirecionamento dos subsídios aos combustíveis fósseis e taxas sobre transações financeiras;
- Abordar a crise da dívida dos países vulneráveis ao clima por meio de alívio e reestruturação justos da dívida, com atenção à reforma dos Bancos Multinacionais de Desenvolvimento;
- Explorar os vínculos entre o Roteiro de Baku a Belém para 1.3T e o Artigo 2.1(c), garantindo um processo formal de negociação pós-COP30 para sua operacionalização, ao mesmo tempo em que conecta a agenda 2.1(c) a reformas mais amplas da arquitetura financeira internacional como um caminho fundamental para alinhar os fluxos financeiros com as metas climáticas; e
- Fortalecer os laços entre o financiamento climático e os setores relacionados ao clima, como biodiversidade, degradação da terra e sistemas alimentares, para garantir um rastreamento abrangente e evitar a dupla contagem.

As sinergias devem ser alavancadas com os processos existentes – como o Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional (UNFCITC), BRICS+, Ff4D, G20 e semanas climáticas regionais – com atualizações de progresso regulares e transparentes. O Roteiro deve incorporar a ambição global no combate às alterações climáticas e à desigualdade, reforçando o multilateralismo e a solidariedade internacional.

Mudança do Diálogo para Ação Eficaz nos termos do Artigo 2.1(c)

Na COP30, as Partes devem fazer a transição do diálogo de Sharm el-Sheikh para negociações formais sobre o alinhamento dos fluxos financeiros com o Acordo de Paris. Estabelecer uma definição clara de investimento verde é crucial para garantir transparência, adaptabilidade nacional e alinhamento ao interesse público. O objetivo é o alinhamento total do portfólio com a meta de 1,5°C. As Partes devem acordar um mandato para:

- Estabelecer um quadro financeiro de transição global com metas e planos definidos para governos, bancos, corporações e investidores.
- Desenvolver um quadro contábil acordado para rastrear o alinhamento do fluxo financeiro de acordo com o parágrafo 2.1(c).
- Incorporar princípios de transição justa na tomada de decisões financeiras.

Nesse ínterim, os países e demais partes interessadas poderão trabalhar para fazer a transição de seus fluxos de financiamento, investimentos e portfólios para o desenvolvimento imediato de baixas emissões. Elas devem:

- Redirecionar os subsídios dos combustíveis fósseis para as energias renováveis e políticas de transição justa.
- Alinhar-se com os Princípios de Helsinque para finanças públicas focadas no clima e orçamento verde.

D. TECNOLOGIAS DE ENERGIA RENOVÁVEL E SOLUÇÕES DE BAIXO CARBONO

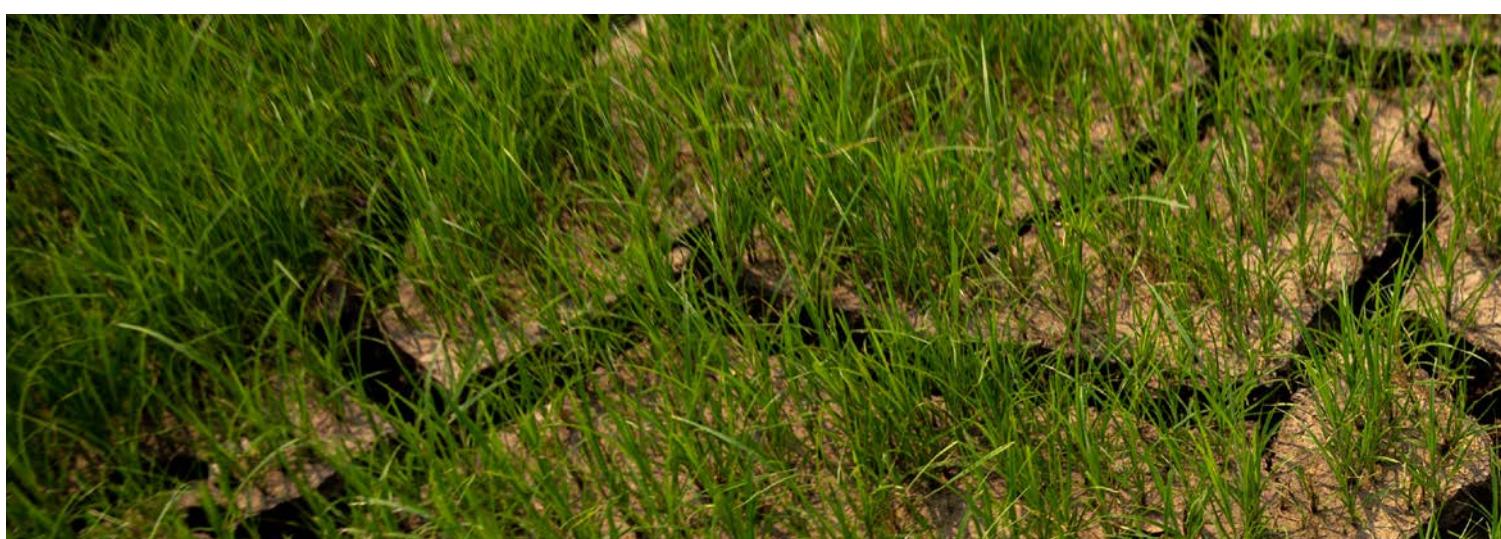
A produção e o uso de combustíveis fósseis contribuíram com cerca de 75% das emissões que impulsionam o aquecimento global. Ao mesmo tempo, em 2023, 750 milhões de pessoas em todo o mundo ainda não tinham acesso à eletricidade, 80% delas na África Subsaariana. Claramente, os esforços para o setor de energia possuem alta prioridade para limitar o aquecimento e mitigar a pobreza energética, e o resultado do primeiro GST em 2023 fornece orientações claras para transformar a maneira como alimentamos nossas economias e vidas. O parágrafo 28 da decisão do GST fornece orientações sobre como alcançar as reduções profundas e rápidas necessárias nas emissões de GEE. A capacidade global de energia renovável deve triplicar, a taxa média anual de melhorias na eficiência energética deve dobrar até 2030 e o mundo precisa eliminar gradualmente os combustíveis fósseis de maneira justa e equitativa. Para acelerar uma transição energética justa, as Partes devem:

- **Consagrar a transição para além dos combustíveis fósseis com planos transparentes de implementação e monitoramento:** esses planos devem ser desenvolvidos e implementados nos níveis nacional, setorial e global. A COP30 deve decidir criar um plano global e colocar o mundo em um caminho equitativo para desenvolvê-lo e implementá-lo. Precisamos de um cronograma para eliminar gradualmente os combustíveis fósseis e ampliar as energias renováveis. Isso deve ser sustentado por metas e marcos setoriais e um sistema de monitoramento para acompanhar o progresso, em particular no que diz respeito à eliminação gradual.

**CLARAMENTE, OS ESFORÇOS PARA O SETOR
DE ENERGIA POSSUEM ALTA PRIORIDADE
PARA LIMITAR O AQUECIMENTO
E MITIGAR A POBREZA ENERGÉTICA**

- **Garantir a estrutura para uma transição energética justa:** Condições propícias, como financiamento para a transição no Sul Global, também devem estar em vigor, e isso deve fazer parte dos acordos do Roteiro de Baku a Belém. Além disso, todos os subsídios aos combustíveis fósseis precisam ser eliminados ou redirecionados para usos alinhados a Paris.
- **Priorizar a eficiência e a eletrificação:** a eficiência energética deve sustentar a transição, reduzindo a demanda geral de forma equitativa, particularmente nos países desenvolvidos. A eletrificação com energia renovável é o caminho mais eficaz para descarbonizar todos os setores, garantindo ao mesmo tempo o acesso à energia nos países em desenvolvimento e permitindo-lhes ultrapassar o gás fóssil como combustível de transição. A transição energética justa não deve ser adiada com tecnologias provisórias de baixo carbono. A indústria, incluindo setores de alta emissão, como o aço, onde o carbono fóssil também é uma matéria-prima, deve avançar por meio da eletrificação combinada com medidas de eficiência aprimoradas.
- **Energia, natureza e a Transição Energética Justa:** a exploração de combustíveis fósseis traz danos de longo prazo à natureza. Uma transição energética justa deve integrar medidas de natureza e clima, como planejamento espacial, e princípios de “não causar danos”, para minimizar os impactos negativos sobre as pessoas e os ecossistemas. Essa integração oferece benefícios que excedem em muito os da dependência usual dos combustíveis fósseis.

Para a transição energética justa, a Agenda de Ação pode ser um trampolim para destravar bloqueios. Mas é apenas uma peça e precisa estar alinhada com o processo formal de negociação. Outros espaços politicamente significativos também devem ser aproveitados para cumprir o Art. 28, como as mesas redondas mencionadas anteriormente. A atenção estará no segmento dos líderes nos dias 6 e 7 de novembro para ver se eles enviarão sinais políticos fortes à frente da COP30, com mensagens e discussões claras sobre a transição energética justa e como avançar na eliminação equitativa dos combustíveis fósseis. Além disso, o papel das iniciativas e declarações não deve ser subestimado, pois elas podem mostrar tanto a vontade política quanto a implementação no mundo real.



E. UM PACOTE DA NATUREZA

Com a COP30 ocorrendo na maior floresta tropical do mundo, que possui a maior faixa contínua de manguezal e que é um reservatório de biodiversidade importantíssimo, devem ser prioridades em Belém acelerar o progresso em direção à conservação e restauração dos ecossistemas marinhos e terrestres, bem como interromper e reverter o desmatamento, a degradação dos ecossistemas e a conversão de terras. Um “pacote” bem-sucedido sobre ecossistemas, florestas, oceanos e alimentos na COP30 incluiria os seguintes elementos:

- **Sinergias:** aproveitar o item da agenda sobre Cooperação Interna para promover essa questão tanto do ponto de vista da governança (por meio de um Programa de Trabalho Conjunto entre Convenções e aprimorando o mandato do Grupo de Ligação Conjunta) quanto conectando-o à implementação por meio de um Programa de Trabalho sobre Clima e Natureza no âmbito da UNFCCC, conforme descrito abaixo).
- **Um resultado político de alto nível para implementar o compromisso do GST de deter e reverter o desmatamento até 2030.** O sucesso no cumprimento dos compromissos de desmatamento exigirá elevar essa questão ao topo da agenda política na COP30, ao mesmo tempo em que se avança na inclusão das florestas (e da natureza em geral) no processo formal de negociações. Destacar o compromisso de deter e reverter o desmatamento e a conversão por todos os países e o texto da decisão que define um cronograma, marcos e um sistema de rastreamento nos resultados formais enviria um forte sinal para expandir o Balanço Global, a Declaração do Líder de Glasgow sobre Florestas e Uso da Terra e outros compromissos anteriores. Sinais políticos fortes também podem vir da Cúpula de Líderes e de eventos semifinais, como as Mesas Redondas da Presidência.
- **Um Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF)** lançado como um fundo permanente global dedicado a apoiar a conservação das florestas tropicais que pode ser um divisor de águas e aumentar significativamente os incentivos para manter as florestas em pé e combater o desmatamento e apoiar medidas e planos relacionados às florestas nas NDCs.



© Jacqueline Lisboa / WWF-Brasil

- **Um novo Programa de Trabalho sobre Clima e Natureza:** operacionalizar o alinhamento com o Quadro Global de Biodiversidade exigido pelo Balanço Global e as recomendações para deter e reverter o desmatamento até 2030, bem como para proteger e conservar os ecossistemas marinhos e terrestres. Isso poderia ser alcançado através da implementação de planos nacionais, como NAPs, NDCs e NBSAPs.
- **Ancorar a transformação dos sistemas alimentares na UNFCCC como uma alavanca para acabar com o desmatamento e a conversão de terras.** Os governos também devem integrar melhor as medidas e ações políticas sobre a produção, consumo e perda e desperdício de alimentos positivos para a natureza em suas NDCs e planos nacionais de implementação.
- **Incluir florestas e outros ecossistemas em NDCs e planos nacionais de implementação.** Os governos agora têm a oportunidade de cumprir os Parágrafos 33 e 34 do resultado do GST por meio do fortalecimento de metas e medidas relacionadas às florestas para interromper o desmatamento e a degradação em seus planos climáticos nacionais no período que antecede a COP30. Isso inclui estabelecer metas específicas de mitigação de emissões para florestas e outros ecossistemas e destacar ações para garantir que as cadeias de suprimentos estejam livres de desmatamento e conversão de terras.
- As Partes também devem cumprir o Parágrafo 35 do chamado do GST para **preservar e restaurar oceanos e ecossistemas costeiros e ampliar a mitigação baseada no oceano.** Com base no Desafio NDC Azul, lançado pelo Brasil e pela França na UNOC3, as Partes devem se comprometer a integrar sistematicamente soluções baseadas no oceano - como restauração de ecossistemas costeiros, áreas marinhas protegidas, pesca sustentável e energias renováveis offshore - nas NDCs 3.0.
- **O Programa de Trabalho de Transição Justa** deve fornecer a conexão entre os caminhos de transição justa e garantir a integridade de todos os ecossistemas e a proteção da biodiversidade, inclusive por meio do uso de abordagens de adaptação baseadas em ecossistemas e soluções baseadas na natureza. As principais mensagens do Quinto Diálogo Global do MWP devem ser incluídas na decisão. Os indicadores da GGA sobre a natureza também são uma peça importante no lado formal do pacote da natureza.

F. JUSTIÇA CLIMÁTICA E OS IMPACTOS SOCIAIS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A participação efetiva no processo climático multilateral vai muito além do número de participantes. Para abordar questões de justiça climática, a participação plena e efetiva dos grupos afetados – especialmente povos indígenas, comunidades locais, mulheres, jovens e outros detentores de direitos, que muitas vezes são direta e negativamente afetados pelas crises das mudanças climáticas e da perda de biodiversidade – deve estar no centro da política climática internacional, bem como de sua implementação

nos níveis nacional e subnacional. Como uma sociedade aberta e democrática que incentiva ativamente a participação da sociedade civil, o Brasil tem muito a contribuir para melhorar as instituições e a cultura de participação no processo climático multilateral. A Presidência brasileira da COP30 propôs ideias e processos inovadores para engajar vozes que foram sub-representadas. O WWF incentiva a participação ativa em tais processos.

Dois processos em andamento também merecem atenção especial:

Programa de Trabalho de Transição Justa: Ninguém deve ser deixado para trás na mudança para economias e sociedades de baixo carbono e ambientalmente sustentáveis. O que precisamos é de uma transição justa para um futuro seguro para o clima. Como as políticas climáticas devem ser implementadas em países marcados por desigualdades e injustiças profundas e persistentes, a transição justa é um complemento crucial para ação urgente necessária sobre as mudanças climáticas. Infelizmente, o Programa de Trabalho para uma Transição Justa (JTWP) foi deixado sem solução na COP29, apesar da urgência e das discussões significativas. Este trabalho foi agora adiado para 2025 e para a COP30.

Na COP30, é desejável que a UNFCCC adote um amplo arcabouço — o Mecanismo de Ação de Belém (BAM) — para apoiar transições justas que colocam a natureza, as comunidades, os trabalhadores e todos os povos no centro das transformações necessárias para alcançar as metas climáticas, garantindo que ninguém seja deixado para trás. Este arcabouço deve, no mínimo, definir princípios e salvaguardas para uma transição justa e estabelecer um Plano de Ação para uma Transição Justa. As Partes também devem se comprometer a desenvolver e implementar Planos de Transição Justa abrangentes, alinhados com esses princípios e as Diretrizes da OIT, integrando-os às NDCs e às políticas climáticas nacionais.

Povos Indígenas e comunidades locais: A COP30 deve continuar a promover que os direitos dos Povos Indígenas e das comunidades locais de salvaguardar, governar e gerenciar suas terras, mares, territórios e sistemas de conhecimento tradicionais sejam devidamente reconhecidos e apoiados, inclusive por meio dos direitos de posse da terra. Deve levar adiante as atividades do diálogo obrigatório que está sendo convocado interseccionalmente antes da COP30, para construir confiança, ouvir e identificar maneiras concretas e escaláveis de fortalecer a participação da comunidade local, inclusive em NAPs, NDCs, NCs e o trabalho realizado pela Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas e seu Grupo de Trabalho Facilitador. O Diálogo Anual entre Povos Indígenas, comunidades locais, Partes e demais partes interessadas sobre a incorporação ética e equitativa dos valores e conhecimentos indígenas e sistemas de conhecimento local nas NDCs realizadas nas sessões de junho fornecem elementos-chave que precisam ser integrados aos resultados da COP30.

- O apelo dos Povos Indígenas e comunidades locais e outros detentores de direitos para ter acesso direto ao financiamento e sustentar seus meios de subsistência deve ser abordado de forma decisiva. As sessões devem levar em consideração as iniciativas do Presidente da COP30, incluindo 1) “Círculo de Liderança de Comunidades Indígenas e Locais” e 2) o “mutirão” global.

**PARA ABORDAR QUESTÕES
DE JUSTIÇA CLIMÁTICA,
A PARTICIPAÇÃO PLENA
E EFETIVA DOS GRUPOS
AFETADOS DEVE ESTAR
NO CENTRO DA POLÍTICA
CLIMÁTICA INTERNACIONAL**

- Os governos também devem anunciar um segundo compromisso renovado, além do compromisso de 5 anos assumido na COP21 em Glasgow, para apoiar os Povos Indígenas e as comunidades locais. Essa promessa deve recorrer a novos financiamentos, ser concreta, ambiciosa e fornecer etapas claras para implementação e relatórios.
- A COP30 também deve se basear no resultado do primeiro balanço global sobre aspectos relacionados aos Povos Indígenas e comunidades locais.
- Reconhecendo o importante papel e a continuação do mandato do Grupo de Trabalho Facilitador (FWG) da Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas (LCIPP), o 14º FWG deve ter como objetivo fortalecer suas prioridades para 2025 e a implementação de seu novo plano de trabalho 2025-2027.



© Christian Braga / WWF-Brasil

3. CAMPEÕES DO CLIMA, AGENDA DE AÇÃO GLOBAL E INICIATIVAS DA PRESIDÊNCIA DO BRASIL

Embora os resultados formais negociados continuem sendo a peça central essencial da COP30 e sejam o principal teste da determinação da comunidade global em combater as mudanças climáticas nesses tempos difíceis, a Presidência brasileira da COP30 tem buscadoativamente uma agenda muito mais ampla. Isso inclui o planejamento de um evento de Líderes, uma reinicialização da Agenda Global de Ação Climática (GCAA) organizada em torno dos resultados do GST, uma série ambiciosa de Círculos, Conselhos e Enviados, uma série de cartas (7 até o momento) estabelecendo os planos e a visão da Presidência e o conceito de mutirão como o princípio orientador abrangente para todas as atividades relacionadas à COP30.

O WWF incentiva os países e demais partes interessadas a se engajarem nos vários processos propostos pela Presidência. A Presidência enfatizou a inclusão e a conexão com a vida das pessoas. O Balanço Ético Global é um fórum particularmente oportuno e valioso que promete modernizar os debates climáticos sobre valores éticos. Essas são iniciativas bem-vindas e, mesmo que apenas alguns desses elementos realmente deem frutos, elas podem ajudar a preparar o terreno para uma COP transformadora que coloque o mundo em um caminho novo e mais eficaz em sua resposta à crise climática.

AÇÃO CLIMÁTICA EM TEMPOS DESAFIADORES

O WWF tem sido um forte apoiador da Agenda Global de Ação Climática (GCAA) desde sua inauguração durante a COP20 em Lima, e tem contribuído em várias áreas temáticas ao longo dos anos. Este espaço dedicado a uma série de partes interessadas diferentes das Partes para contribuir formalmente para os esforços climáticos globais tem inspirado um grande número de atores, incluindo empresas, investidores, organizações da sociedade

civil, governos subnacionais e países, a organizar e apresentar iniciativas.

A COP30 é um ponto de virada em potencial para o GCAA. A próxima Presidência brasileira da COP30 fez várias propostas inovadoras e potencialmente transformadoras. Estes incluem a introdução do conceito de mutirão como um princípio orientador para a COP30 e a Agenda de Ação; organizar a Agenda de Ação em torno do resultado do primeiro Balanço Global, com seis áreas temáticas e 30 objetivos-chave, cada um com seu próprio Grupo de Ativação, e ênfase na inclusão, resultados e responsabilidade. O novo modelo está rompendo a divisão tradicional entre as negociações formais e a Agenda de Ação destinada a mobilizar atores não estatais e governos subnacionais, juntamente com os Estados, em torno de iniciativas voluntárias que fortalecem a entrega das metas do Acordo de Paris.

O WWF está contribuindo com vários objetivos-chave neste esforço renovado para revigorar a GCAA e também está envolvido em atividades relevantes para várias outras áreas. O WWF está participando diretamente de iniciativas e dos Grupos de Ativação relacionados aos seguintes objetivos-chave:



1.

**INVESTIMENTOS PARA DETER E
REVERTER O DESMATAMENTO E A
DEGRADAÇÃO DE ECOSISTEMAS**



2.

**ESFORÇOS PARA CONSERVAR, PROTEGER E
RESTAURAR A NATUREZA E OS ECOSISTEMAS
COM SOLUÇÕES PARA A BIODIVERSIDADE
CLIMÁTICA E A DESERTIFICAÇÃO**



3.

**ESFORÇOS PARA CONSERVAR E RESTAURAR
OCEANOS E ECOSISTEMAS COSTEIROS**



4.

**RESTAURAÇÃO E
AGRICULTURA SUSTENTÁVEL**



5.

**SISTEMAS ALIMENTARES MAIS RESILIENTES,
ADAPTÁVEIS E SUSTENTÁVEIS**

O Portal Global de Ação Climática lista mais de 40.000 atores que contribuíram para a Agenda de Ação de alguma forma ao longo dos anos. A governança revisada da Agenda de Ação deve garantir que todas as atividades registradas estejam ativas e atualizadas, e alinhadas com as metas do acordo de Paris e o resultado do primeiro Balanço Global.



Para facilitar a prestação de contas e a eficácia da GCAA, o WWF recomenda:

- Fortalecimento dos sistemas de rastreamento e responsabilização, incluindo o Quadro de Reconhecimento e Responsabilidade da UNFCCC, o Anuário de Ação Climática Global e a Plataforma do Nazca, para fornecer avaliações quantitativas e qualitativas da contribuição individual e agregada das iniciativas para as metas do Acordo de Paris e as metas relevantes estabelecidas no Balanço Global, incluindo a transição dos combustíveis fósseis, as metas de energia renovável e eficiência e a eliminação do desmatamento nesta década.
- Requisito de atualização ou confirmação regular de de informações sobre iniciativas de forma anual ou remoção da iniciativa da plataforma.
- Fortalecimento da conexão do GCAA com o resultado do Balanço Global e o processo de negociação mais amplo, incluindo eventos de Líderes, Semanas Climáticas e decisões sobre itens relevantes da agenda.
- As Partes são incentivadas a incorporar iniciativas do GCAA bem-sucedidas e promissoras em suas NDCs e consideração de formalização nas decisões da COP e em outros processos políticos nacionais e multilaterais.
- Reconhecimento especial de iniciativas que contribuem significativamente, quantitativa ou qualitativamente, para o cumprimento das metas do Acordo de Paris e do GST.
- Análise e reconhecimento de áreas de sobreposição, sinergias e integração de iniciativas do GCAA e implementação de NDCs e quadros de políticas nacionais, por meio do Anuário de Ação Climática Global, dos relatórios de síntese sobre o impacto agregado das NDCs e dos Relatórios Bienais de Transparência.
- Melhorar a sinergia entre os regimes ambientais multilaterais e vincular-se à OMS, à CIJ e a outros processos globais.
- Concentrar recursos no cumprimento das metas de decisão do GST-1 em torno da transição energética, proteção da natureza, fluxos financeiros, adaptação e resiliência.

O WWF sente-se encorajado pela liderança demonstrada pela Presidência da COP30 e pelo forte interesse e participação das Partes e demais partes interessadas nos vários temas e Grupos de Ativação.



NOSSA MISSÃO
É PRESERVAR A
NATUREZA E REDUZIR
AS AMEAÇAS
MAIS URGENTES
À DIVERSIDADE DA
VIDA NA TERRA.



Trabalhamos em defesa da natureza
pelas pessoas e pela vida selvagem

#JuntosÉpossível

wwf.org.br

© 2025.
Papel 100% reciclável.

© 1986 - Símbolo Panda WWF – Fundo Mundial para a Natureza (também conhecido como Fundo Mundial para a Vida Selvagem) ® "WWF" é Marca Registrada WWF. WWF-Brasil: CLS. 114 Bloco D 35, CEP: 70377-540 Asa Sul, Brasília/DF.

Para informações de contato e maiores informações, favor acessar nossa página em wwf.org.br/cop_30